

HABEAS CORPUS Nº 492.788 - CE (2019/0038921-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RAFAEL SOARES MOURA
ADVOGADO : RAFAEL SOARES MOURA - CE024806
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : MARCELO ALEX LUCIO DA CONCEICAO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO ALEX LUCIO DA CONCEIÇÃO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento do *Habeas Corpus* n.º 0631969-15.2018.8.06.0000.

Consta que o Paciente foi condenado, pela prática do ilícito tipificado no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal (duas vezes, em concurso material), à pena privativa de liberdade de 14 (quatorze) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 206 (duzentos e seis) dias-multa, pois, em concurso de pessoas, subtraiu, mediante grave ameaça, telefones celulares de duas vítimas.

O Tribunal *a quo* conheceu parcialmente da ordem e, nessa extensão, denegou-a, em acórdão assim ementado (fls. 23-24):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES. CONCURSO MATERIAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. GRAVIDADE DO DELITO. PERICULOSIDADE SOCIAL DO ENVOLVIDO. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL AUSENTE. PEDIDO DE REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA E DE RECONHECIMENTO DA OCORRÊNCIA DE CRIME CONTINUADO. VIA IMPRÓPRIA. NÃO CONHECIMENTO, NO PONTO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO. DENEGADA.

1. Não há ilegalidade quando a constrição provisória esta fundada na necessidade de se acautelar a ordem pública, cm razão da periculosidade social do paciente, demonstrada pelas circunstâncias cm que ocorrido o delito.

2. Caso em que o paciente foi condenado à pena de 14 (catorze) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela pratica de roubo majorado (duas vezes, em concurso material), cometido em concurso de agentes, em que, conluiado com o correu, abordou as vitimas, cm momentos distintos, para, mediante

a simulação do uso de arma de fogo. subtrair-lhe os pertences, a demonstrar inequívoca periculosidade, evidenciada a partir do modus operandi dos crimes, por onde se infere que a decisão que manteve a prisão na sentença condenatória, para o fim de acautelar o meio social e evitar a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade, está satisfatoriamente fundamentada.

3. *A manutenção da custódia cautelar no momento da sentença condenatória, nos casos em que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não requer fundamentação exaustiva, sendo suficiente o entendimento de que permanecem inalterados os motivos que levaram à decretação da medida extrema em um primeiro momento, desde que estejam, de fato, preenchidos os requisitos legais do art. 312 do Código de Processo Penal.*

4. *Não é o habeas corpus meio processual adequado ao exame da ocorrência ou não de continuidade delitiva, já que é impossível chegar-se a tal conclusão sem reapreciação exaustiva de toda a matéria de fato para verificar a presença dos pressupostos da ficção jurídica do crime continuado (CP. art. 71). Precedentes do STF.*

5. *A análise da dosimetria da pena é matéria atinente à via recursal própria, podendo ser realizada de ofício em sede de habeas corpus apenas em situações excepcionais. Precedente do STJ.*

6. *Não se verifica situação excepcional que possa ensejar a análise, na estreita via do mandamus, de questões relativas a redução da pena de ofício tendo em vista, especialmente, que a sentença realizou a dosimetria de forma fundamentada, não emergindo fato ou condição que autorize a sua discussão fora do âmbito do recurso próprio.*

7. *Ordem parcialmente conhecida e denegada na parte cognoscível."*

Neste writ, o Impetrante sustenta, em suma, que: (i) o Magistrado Sentenciante não teria fundamentado a necessidade de manutenção da prisão preventiva; (ii) se deveria reconhecer a continuidade delitiva dos crimes praticados, afastando-se, assim, o concurso material dessas práticas delitivas; (iii) os vetores relativos às circunstâncias do crime, aos antecedentes criminais, e às consequências do crime, teriam sido valoradas negativamente de forma equivocada; (iv) a pena-base teria sido aumentada exageradamente; e (v) a fixação do regime inicial de cumprimento de pena no fechado, teria sido medida de extremo rigor.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva; a fixação da pena-base no mínimo legal, com o afastamento das circunstâncias judiciais desfavoráveis (antecedentes, circunstâncias e consequências do crime); e o abrandamento do regime inicial para o semiaberto.

É o relatório inicial. Passo a decidir.

De início, verifico que, para apreciar a **tese de que o Juízo Sentenciante não teria fundamentado a necessidade de manutenção da prisão preventiva, imprescindível seria a juntada aos autos cópia do decreto prisional, o que não ocorreu.**

Nesse sentido, a eminente Ministra ELLEN GRACIE, do Supremo Tribunal Federal, ao indeferir o pedido liminar postulado no HC n.º 107.568/PR, de que inicialmente foi Relatora, esclareceu o que se segue:

*"Malgrado os argumentos lançados pela impetrante, **considero impossível se adentrar ao exame da controvérsia posta neste writ sem os documentos necessários ao seu entendimento.** Esta Suprema Corte já se manifestou no sentido de ser 'ônus do impetrante instruir adequadamente o writ com os documentos necessários ao exame da pretensão posta em juízo' (HC 94.219/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 06.05.2010)." (DJe de 31/03/2011 – sem grifos no original.)*

No mesmo sentido, este Superior Tribunal de Justiça, v.g.: *"O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo acusado"* (RHC 52.700/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe de 11/12/2014).

Ainda, no tocante ao direito de apelar em liberdade, transcrevo as razões do Juízo Sentenciante para denegá-lo (fls. 153-154):

"34. Denego aos réus o direito de apelar em liberdade, eis que suas liberdades provisórias trarão concretos prejuízos à garantia da ordem pública, especialmente face às suas culpabilidades e às circunstâncias do crime, pelo que tenho por indicada a prisão preventiva nesse instante, a teor do art. 312 do CPP. Além disso, devo ponderar que:

a) A partir da prolação de sentença penal condenatória prevalece o princípio in dubio pro societate, não se havendo mais que falar em ampla presunção de inocência, exatamente porque houve uma cognição judicial ampla, após ser facultado aos réus o direito ao contraditório e à ampla defesa;

b) Se um réu pode permanecer preso ainda durante a instrução criminal, quando pesam contra ele meros indícios de autoria e materialidade, com muito maior razão pode ser segregado do convívio social quando vem a ser condenado criminalmente através do devido processo legal que coletou provas plenas e irrefutáveis de autoria e materialidade do crime;

c) Restituir os réus à liberdade antes do cumprimento de suas

penas implicará em verdadeiro estímulo ao prosseguimento de suas atividades criminosas, como se tivessem eles verdadeiro 'passe livre' para delinquir, gerando natural ineficácia da lei penal, e violação às disposições do art. 312 do CPP;

d) Manter em liberdade réus condenados, e condenados por um crime grave, serviria apenas ao propósito de desacreditar ainda mais o Poder Judiciário perante a sociedade civil, e estimular o raciocínio de que realmente graça a impunidade entre nós;

e) A sentença penal condenatória não constitui mero 'rito de passagem' rumo às instâncias superiores, de modo que não cabe ao juiz sentenciante ser o primeiro a amesquinhar os efeitos de sua própria decisão, inclusive para não minar ainda mais a já desgastada imagem do Poder Judiciário Nacional, o qual tem sido considerado conivente e inoperante diante da maior das chagas nacionais, qual seja, a IMPUNIDADE.

35. Destarte, invoco o art. 312 do CPP e mantenho a prisão preventiva dos acusados, ora condenados, e determino que sejam expedidos os competentes mandados prisionais à DECAP, os quais devem ser devidamente cadastrados no BNMP. caso assim já não houver sido feito."

Observo, assim, ao menos num juízo perfunctório, **não haver motivos para se cogitar a revogação da custódia cautelar do Paciente, tendo em vista que a decisão acerca da necessidade de segregação preventiva dele foi confirmada pela sentença penal condenatória**, o que demonstra o alinhamento desse *decisum* com o entendimento desta Corte de que "*não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu preso durante a persecução criminal, se persistem os motivos para a segregação preventiva* (RHC 67.218/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 30/03/2016).

Quanto às demais alegações, constato não estarem presentes um dos requisitos obrigatórios à análise do pleito liminar, qual seja, o ***periculum in mora***.

Isso porque, ante a quantidade de pena que foi imposta (**quatorze anos de reclusão em regime inicial fechado**), a Defensoria Pública não conseguiu demonstrar, nas razões iniciais do *writ*, qual benefício **imediato** a reforma da dosimetria da pena (reconhecimento da continuidade delitiva e afastamento das circunstâncias judiciais desfavoráveis) traria ao Paciente.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório. Reserva-se, portanto, ao Colegiado, órgão competente para o julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

mandamus, a apreciação definitiva da matéria, depois de devidamente instruídos os autos.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sobretudo a juntada de cópia do decreto prisional.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ

Relatora

